



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6584 - Trabalho Completo - XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (2020)

ISSN: 2595-7945

GT05 - Estado e Política Educacional

DA POLÍTICA DE AVALIAÇÃO EXTERNA NO BRASIL AO SISTEMA DE AVALIAÇÃO BAIANO DA EDUCAÇÃO (SABE)

Laiana Porto do Nascimento - UESC - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ

Emilia Peixoto Vieira - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ

DA POLÍTICA DE AVALIAÇÃO EXTERNA NO BRASIL AO SISTEMA DE AVALIAÇÃO BAIANO DA EDUCAÇÃO (SABE)

RESUMO

O texto apresenta uma breve reflexão sobre o Sistema de Avaliação Baiano de Educação, oportunizando a reflexão sobre essa política no contexto escolar.

INTRODUÇÃO

O cenário educativo brasileiro atual é marcado pela ampliação e difusão das avaliações externas, sendo cada vez mais frequente a utilização de provas padronizadas, aplicadas em larga escala no contexto das políticas educacionais (BAUER; ALAVARSE; OLIVEIRA, 2015).

As avaliações são justificadas pela demanda de monitoramento das instituições escolares e redes de ensino e construção de dados quantificáveis sobre o desempenho dos estudantes, a fim de subsidiar as políticas públicas (FIGUEIREDO; CARMO; MAIA; SILVA, 2018).

A política nacional de Avaliação e Exames da Educação Básica está prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394 de 1996, Art. 9º, incisos V e VI, e incumbe a União de:

V - coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação; VI -assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino (BRASIL, 1996).

Nessa perspectiva, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), implantou em 1990 uma estrutura de avaliação permanente com o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), regulamentado pelo Decreto nº 9.432 de 29 de

junho de 2018, reafirmando a Política Nacional de Avaliação e Exames da Educação Básica (BRASIL, 2018).

As avaliações do SAEB examinam a proficiência dos estudantes em Língua Portuguesa e em Matemática, através de provas com questões de múltipla escolha, baseadas em matrizes de referência, aplicadas aos estudantes do 5º e do 9º anos do Ensino Fundamental e da 3ª e 4ª ano do Ensino Médio. Os alunos do 9º ano, também, realizam provas nas áreas de Ciências da Natureza e Ciências Humanas, referenciadas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (INEP, 2009).

Encontramos exemplos empreendidos pelos demais entes federados, com a adoção das avaliações externas no âmbito estadual, como o Sistema de Avaliação Baiano de Educação (SABE), objeto desse ensaio. De acordo com Bonamino; Sousa (2012), 14 dos 27 estados brasileiros possuíam sistemas próprios de avaliação em 2007. Essas políticas envolvem a responsabilização dos agentes escolares pelos resultados obtidos pelos alunos nos testes e provas padronizadas e a publicização dos resultados por redes e/ou escolas.

Essas tendências de avaliações externas são identificadas como fatores que incidem sobre o trabalho docente e causam dissenso sobre a política avaliativa, cabendo ao/à coordenador/a pedagógico/a a mediação entre as demandas dos/as professores/as e os sujeitos escolares e às proposições da secretaria de educação (ARAÚJO, 2019; FRANGELLA; MENDES, 2018).

Diante dessas considerações, esta pesquisa em andamento no Mestrado em Educação, tem como objetivo geral analisar o Sistema de Avaliação Baiano de Educação (SABE) realizado nos triênios de 2008-2010 e 2011-2013 e retomado em 2019. Pretende-se compreender sua sistemática, objetivos, influências no ambiente escolar e no trabalho docente; analisar a percepção dos professores e a atuação dos/as coordenadores/as sobre a referida política no contexto escolar. Com o intuito de responder a questão: quais as repercussões do Sistema de Avaliação Baiano da Educação (SABE) sobre o cotidiano escolar e sobre o trabalho dos professores e coordenadores pedagógicos?

Para o atendimento ao objetivo deste trabalho e as questões de pesquisa, o referencial teórico-metodológico da investigação está fundamentado em uma abordagem dialética do real e das relações contraditórias existentes no processo educativo, compreendendo a realidade dinâmica, historicamente situada e inserida numa totalidade (CURY, 1987). Para este texto apresentamos uma análise documental sobre o tema abordado, acompanhado de uma breve reflexão sobre a política de Avaliação e Exames da Educação Básica.

Da política de avaliação externa no Brasil ao Sistema de Avaliação Baiano da Educação (SABE)

As avaliações em larga escala estão naturalizadas e firmadas no contexto brasileiro. Afonso (2001), Bonamino; Sousa (2012), Frangella; Mendes (2018), Lima; Gandin (2019); Sousa; Oliveira (2010) e Castro (2009) concordam que há um entendimento hegemônico sobre a utilização das avaliações em larga escala de forma global.

De acordo com Afonso (2001), essa expansão foi ocasionada pela redefinição do papel Estado, em decorrência dos processos de mundialização e globalização do capital. Os países estão submetidos a instâncias de regulação supranacional (Mercosul, ONGs, Organização Mundial do Comércio, Banco Mundial, OCDE, FMI, entre outros), que determinam “[...] medidas ditas modernizadoras que levam o Estado a assumir também, de

forma mais explícita, uma função de mediação, de adequação às prioridades externamente definidas ou, mesmo, de promoção das agendas que se circunscrevem [...]” (AFONSO, 2001, p. 24).

Nesse sentido, Scaff ; Viegas (2016) esclarecem que a educação constitui fator de competitividade no mercado internacional. A fase atual do capitalismo demanda uma preparação mais consistente e eficaz do trabalhador. O nível educacional da população e os resultados obtidos em avaliações nacionais e internacionais influenciam a capacidade de cooptação de recursos e investimentos externos, levando a uma maior preocupação sobre a eficácia dos sistemas de ensino; elevação dos índices de aprendizagem e alcance dos critérios e padrões educacionais internacionais, tais como os definidos e aferidos pelo Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), do qual o Brasil participa desde o início da avaliação em 2000 (INEP).

No âmbito nacional, destaca-se, inicialmente o SAEB, seguido do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e o Exame Nacional de Cursos (ENC), além da adoção de sistemas próprios na esfera municipal e estadual.

O SABE foi instituído dentro desse cenário de expansão e consolidação das avaliações padronizadas. Implantado em 2007, pretendia auxiliar o monitoramento da qualidade da educação das redes públicas (estadual e municipais); produzir diagnósticos e apontar caminhos para o acompanhamento e a realização de intervenções nas escolas (BAHIA).

O SABE desenvolveu dois projetos: a Avaliação Externa do Ensino Médio (Avalie Ensino Médio) e a Avaliação Externa da Alfabetização (Avalie Alfa). O Avalie Ensino Médio é um estudo longitudinal censitário, realizado por meio da aplicação de provas objetivas, organizadas por área do conhecimento (Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas) e produção textual, além de questionários respondidos pelos gestores, professores e estudantes. Foi realizado no triênio 2008-2010 em 232 escolas exclusivas de Ensino Médio e no triênio 2011-2013, com todas as escolas estaduais de Ensino Médio Regular e da Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio (EPI) (BAHIA).

O Avalie Alfa foi realizado anualmente entre 2011 e 2013 para aferir o nível de alfabetização das crianças do 2º ano de escolarização das escolas estaduais que ofereciam esse nível de ensino e dos municípios que aderiram ao Pacto Todos pela Escola. Empregou instrumentos de avaliação em larga escala, contemplando leitura e escrita em todas as suas edições, e matemática nos anos de 2011 e 2012. Foi constituído por dois momentos: o primeiro, no início do ano letivo, para diagnosticar os níveis de alfabetização das crianças; O segundo, no final do ano letivo, para identificar as habilidades alcançadas e as dificuldades persistentes (BAHIA).

Após as avaliações mencionadas, o SABE foi retomado em 2019. Atualmente, as provas são realizadas com os alunos do 5º e 9º anos do Ensino Fundamental, 3º Ano do Ensino Médio e 4º Ano da Educação Técnica Profissional. Para o referido ano letivo de 2019 estão previstos os seguintes instrumentos avaliativos:

1. Avaliação Diagnóstica – identificar alguns conteúdos e habilidades que já foram desenvolvidos pelos estudantes, bem como os objetos do conhecimento que precisam ser fortalecidos.

2. Atividade de Apoio ao Estudante - exercícios que visam fortalecer as aprendizagens dos estudantes, considerando os dados obtidos no SABE.

3. Avaliação Formativa – pretende apresentar mais informações que possam subsidiar a adoção de novas estratégias pelos professores para potencializar as aprendizagens dos estudantes [...].

4. Prova SABE – avaliação externa, com a mesma metodologia das avaliações do Saeb, que tem por finalidade aproximar os estudantes dos procedimentos exigidos em diversas avaliações usadas nacionalmente e subsidiar as escolas com informações sobre a evolução das aprendizagens dos estudantes, por meio de instrumentos calibrados, para melhoria dos processos de ensino e das aprendizagens (BAHIA).

Os instrumentos avaliativos estão referenciados nas matrizes e descritores do SAEB e examinam a proficiência dos estudantes em Língua Portuguesa e Matemática. As provas são enviadas por e-mail pela secretaria de educação às unidades escolares. Estas são responsáveis pela impressão, aplicação e lançamento dos gabaritos no Sistema SABE <<http://sabe.educacao.ba.gov.br/>>. As etapas mencionadas devem ser realizadas dentro dos prazos fixados pela Secretaria de Educação do Estado. Abaixo, o calendário do SABE detalha o conjunto das atividades avaliativas definidas para o ano letivo de 2019 (BAHIA).

Figura 1 – Calendário Sistema de Avaliação Baiano da Educação – SABE de 2019

ATIVIDADES AVALIATIVAS	PERÍODO DE ENVIO DA ATIVIDADE AVALIATIVA PARA REDE ESTADUAL
AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA	MARÇO
ATIVIDADE DE APOIO AO ESTUDANTE I	JUNHO
AVALIAÇÃO FORMATIVA I	AGOSTO
ATIVIDADE DE APOIO AO ESTUDANTE II	SETEMBRO
PROVA SABE	SETEMBRO
AVALIAÇÃO FORMATIVA II	OUTUBRO
PROVA SAEB	21 DE OUTUBRO E 1 DE NOVEMBRO
ENEM	03 E 10 DE NOVEMBRO
ATIVIDADE DE APOIO AO ESTUDANTE III	NOVEMBRO

Fonte: (BAHIA).

A sistemática e o calendário denotam a intenção de realização de um trabalho contínuo ao longo do ano escolar com ações anteriores a prova SABE, que subsidiem o trabalho docente diário na identificação das habilidades e dificuldades estudantis, com vista à reorientação do processo educativo, o que pressupõe um trabalho de reflexão-ação sobre os resultados obtidos. Nesse sentido, a proposta exige engajamento constante dos profissionais escolares, especialmente dos professores.

Nesse processo, compreende-se que a figura do/a coordenador/a pedagógico adquire centralidade. De acordo com Bello; Penna (2017), este profissional realiza a articulação das demandas e relações internas e externas à escola. O/A coordenador/a atua como indutor e viabilizador das políticas e programas estabelecidos pelas secretarias de educação, por meio da formação dos/as professores/as e mediação com os sistemas de ensino. Assim,

[...] observamos o espaço-tempo da coordenação como um entre-lugar, uma zona fronteira de negociação e tensão entre as demandas próprias de cada escola e as proposições gerais para a rede, uma tensão local/global de disputa por sentidos na política curricular (Frangella; Mendes, 2018).

Além de incentivar o planejamento constante e a retroalimentação do processo de ensino baseado na análise criteriosa dos resultados de desempenho dos estudantes, cabe ao/a coordenador/a pedagógico a mediação relativa a outros aspectos, tais como os mencionados por Araújo (2019) em seu estudo sobre o Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (SIMAVE). Ele notou que os professores questionam o caráter técnico-racional; a descon sideração das condições objetivas de cada unidade escolar; a responsabilização dos docentes pelos resultados; a ênfase curricular no treinamento dos estudantes e o ranqueamento entre as instituições

Nessa mesma direção, Frangella; Mendes (2018, p. 298) em estudos e entrevistas sobre o sistema de avaliação proposto pela Secretaria de Educação do Município do Rio Janeiro notaram que “as questões relativas à política de avaliação da rede eram recorrentemente evidenciadas como exigência/impasse no cotidiano das escolas”, cabendo ao coordenador a negociação entre as proposições da secretaria e as demandas próprias de cada escola: as indagações docentes e os sentidos atribuídos às avaliações na política curricular.

Diante das considerações empreendidas, é pertinente investigar o SABE, a fim de descrever a sistemática de avaliação em larga escala adotado pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia; identificar os sentidos atribuídos pelos/as professores/as e coordenadores/as escolares ao SABE e mapear as estratégias adotadas por estes últimos profissionais para implantação do sistema no cotidiano escolar.

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

A discussão evidencia o Sistema de Avaliação Baiano de Educação como uma política de monitoramento da qualidade do ensino adotada pela secretaria de educação do estado da Bahia aliada ao contexto de expansão e consolidação dos testes e provas padronizadas em âmbito global. O tipo de avaliação ressalta o papel do/a coordenador/a pedagógico como mediador das políticas externas dentro das unidades escolares e articulador dos projetos e programas dos sistemas de ensino às demandas próprias das escolas.

A disseminação das avaliações externas no âmbito internacional e nacional ressaltam a influência da ação do Estado no contexto escolar, a interferência das agências e órgãos internacionais na determinação das agendas educativas e na definição de parâmetros avaliativos das políticas, baseadas na aferição de resultados e comparações internacionais entre países pertencentes a blocos econômicos comuns.

A implantação de uma estrutura permanente de avaliação da educação no Brasil, a participação brasileira no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) e a adoção de sistemas próprios nas esferas estaduais e municipais são justificadas pela demanda de monitoramento das redes; verificação da eficácia dos investimentos e do rendimento estudantil para definir e subsidiar as políticas públicas em educação.

As avaliações externas, geralmente, envolvem a publicação dos resultados; a comparação entre redes e/ou escolas e a responsabilização dos profissionais escolares pelo desempenho estudantil, o que causa dissensos no contexto educativo. Nesse contexto, o/a coordenador/a pedagógico tem a tarefa de conciliação entre as demandas da escola e as propostas dos órgãos centrais de educação.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. Reforma do estado e políticas educacionais: entre a crise do Estado-nação e a emergência da regulação supranacional. **Educação e Sociedade**. [online]. 2001, vol.22, n.75, p.15-32. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302001000200003&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em 26 de julho de 2020.

ARAÚJO, Abelardo Bento. O trabalho educativo entre metas e produtividade: o acordo de resultados em Minas Gerais. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro. 2019, p. 283-285. Disponível em; : Acesso em: 02 de setembro de 2019.

BAUER, Adriana; ALAVARSE, Ocimar Munhoz; OLIVEIRA, Romualdo Portela de. Avaliações em larga escala: uma sistematização do debate. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 41, n. especial, p. 1367-1382, dez., 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v41nspe/1517-9702-ep-41-spe-1367.pdf>>. Acesso em: 02 de setembro de 2019.

BELLO, Isabel Melero; PENNA, Marieta Gouvêa de Oliveira. O papel do coordenador pedagógico nas escolas públicas paulistas: entre as questões pedagógicas e o gerencialismo. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, Edição Especial n. 1, p. 69-86, jun. 2017, p. 69-86. Disponível em:. Acesso em: 02 de setembro de 2019.

BAHIA. Secretaria de Educação. **Sistema de Avaliação Baiano de Educação – SABE. Portal da Educação**. Disponível em: . Acesso em: 02 de setembro de 2019.

BONAMINO, Alicia; SOUSA, Sandra Zákia. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 373-388, abr./jun. 2012. Disponível em: . Acesso em 28 de julho 2020.

BRASIL. **Decreto nº 9.432**, de 29 junho de 2018, regulamenta a Política Nacional de Avaliação e Exames da Educação Básica. Brasília, 2018.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996

CASTRO, M. H. G. A Consolidação da Política de Avaliação da Educação Básica no Brasil. **Meta: Avaliação**, Rio de Janeiro: Faculdade Cesgranrio, v. 1, n. 3, p. 271-296, set./dez. 2009. Disponível em: . Acesso em: 02 de setembro de 2019.

FIGUEIREDO, Dalson; CARMO, Erinaldo; MAIA, Romero; SILVA, Lucas. Os cavalos também caem: Tratado das inconsistências do IDEB. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.26, n.100, p. 552-572, jul./set. 2018. Disponível em: . Acesso em: 02 de setembro de 2019.

FRANGELLA, Rita de Cássia Prazeres; MENDES, Juliana Camila Barbosa. “O que é o bom resultado?” Indagando o sentido da avaliação e suas articulações curriculares. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.26, n. 99, p. 296-315, abr./jun. 2018. Disponível em: Acesso em: 02 de setembro de 2019.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica**. Disponível em: . Acesso em: 2 de setembro de

2019.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Cartilha Saeb**, 2019. Disponível em: . Acesso em: 11 de agosto de 2020.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **IDEB - Resultados e Metas**. Disponível em: . Acesso em: 2 de setembro de 2019.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Nota Técnica**. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_ideb/o_que_e_o_ideb/Nota_Tecnica_n1_c >. Acesso em: 2 de setembro de 2019.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa)**. Disponível em: . Acesso em 26 de julho de 2020.

LIMA, Iana Gomes de; GANDIN, Luís Armando. O contexto da consolidação das avaliações em larga escala no cenário brasileiro. **Educação & Sociedade: Campinas**, v. 40, 2019, p. 1-28. Disponível: . Acesso em: 02 de setembro de 2019.

SCAFF, Elisangela Alves da Silva; VIEGAS, Elis Regina dos Santos. **Descentralização da política educacional e responsabilização municipal**: implicações para o trabalho docente. In: CARMO, Jefferson Carriello do; OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari de; SILVA, Celeida Maria Costa de Souza e (Orgs.). *Transformações do Estado e influências nas políticas Educacionais do Brasil*, Campinas, SP: Mercado das Letras, 2016. cap. 1. p. 13-34

SOUSA, S. M.; OLIVEIRA, R. Sistemas estaduais de avaliação: uso dos resultados, implicações e tendências. **Caderno de Pesquisa**. vol.40, nº.141, São Paulo, Dec. 2010, p. 1-29. Disponível em: . Acesso em: 02 de setembro de 2019.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Médio; Avaliação Externa; Política Educacional.